Psicanálise: ética, discurso e ensino
Psychoanalysis: éthics, discourse and teaching

*Rodrigo Afonso Nogueira Santos**

RESENHA DE:
Castro, J. E. *Psicanálise: ética, discurso e ensino*. Curitiba: Appris, 2013. 250 páginas.

O livro intitulado *Psicanálise: ética, discurso e ensino* se anuncia, desde seu primeiro momento, como fruto de um projeto ambicioso. Propondo-se investigar o tema das (im)possibilidades de se ensinar a psicanálise, Júlio Eduardo de Castro faz valer seu sólido percurso clínico, aliado a uma frutífera trajetória acadêmica no modo como conduz o trabalho. Já de início, o autor destaca o quanto esse tema condensa as três tarefas e profissões apontadas por Freud (1937/1996) como impossíveis: educar/ensinar, politizar/governar e psicanalisar/curar. Tais tarefas se fazem presentes pelo fato de que, para se ensinar a psicanálise, é imprescindível também que se leve em consideração a política do psicanalista, política como falta-a-ser, vivida enquanto experiência na psicanálise em intensão e feita fundamento ético da direção da cura. Assim, pensando o problema do ensino da psicanálise e reconhecendo-o como atravessado desde seus fundamentos pelas dimensões política e ética implicadas no campo psicanalítico, se estrutura o livro.

* Psicólogo formado pela Universidade Federal de São João del-Rei, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da mesma universidade.

Partindo de um percurso marcado tanto por textos de Freud quanto pelo ensino de Lacan, Castro se fundamenta na teoria lacaniana dos discursos, articulada à dimensão ética da psicanálise, para trabalhar a questão acerca das possibilidades de se transmitir algo da psicanálise em uma situação de ensino. Pressupondo ser possível que algo se dê nesse sentido – a transmissão de um estilo ou, ao menos, algo implicado nele –, o autor se fundamenta nessa ética, centrada no desejo e em seu objeto-causa, o objeto *a*, assim como nos operadores próprios a ela: o ato, o discurso, o saber e o desejo do psicanalista.

A partir dessas condições, o livro nos leva, em seu primeiro capítulo, ao percurso teórico e clínico realizado por Freud, mais especificamente quando este cria um novo modo de se compreender e trabalhar clinicamente os fenômenos histéricos. Propondo a articulação destes fenômenos com novos conceitos – tal como o de inconsciente –, Freud inaugura, segundo Castro, as bases daquilo de que Lacan se utilizou para definir o discurso histérico e sua escrita matêmica. Partindo desse ponto, o autor passa a investigar as relações existentes entre histeria e discurso, tendo como foco a teoria dos discursos exposta por Lacan em seu *Seminário 17: o avesso da psicanálise* (Lacan, 1969-1970/1992) e em "Radiofonia" (Lacan, 1970/2003).

O destaque dado ao conceito de histeria nesse momento do livro é, nas palavras do autor, estratégico. Para sustentar tal afirmação, Castro expõe os modos como se estruturam os quatro (ou cinco) discursos – do mestre, universitário, do analista e histérico, assim como o discurso do capitalista, resultado de uma torção no discurso do mestre. São apresentados, então, os fundamentos dos discursos, com seus elementos, seus lugares, e as relações entre eles.

Desses fundamentos são extraídos os seguintes enunciados: *o discurso do analista é o avesso do discurso do mestre; e o discurso histérico é o oposto do discurso universitário*. Temos, assim, dois enunciados que sustentam relações essenciais para se compreender o modo como se articulam os quatro discursos. Apesar de o primeiro enunciado ser de grande importância para o campo da psicanálise – discurso do analista enquanto avesso do discurso do mestre –, é na oposição entre os discursos histérico e universitário que o autor foca seu trabalho.

A ênfase dada a essa oposição enquanto modo de se problematizar a dimensão do ensino da psicanálise se dá pelo fato de a histeria se constituir, desde Freud, como um discurso que faz laço social e, além disso, uma modalidade de laço que possibilita o agenciamento de criações, descobertas e invenções, pela via de sua confrontação e questionamento estruturais ao mestre (S→ S1). O autor destaca o quanto essa política da histeria opera enquanto denunciante da dominação dos senhores da ciência e do capitalismo, a partir de suas greves, furtando-se a sistemas classificatórios, fazendo-se de louca(o), inventando sintomas de modo a fazer valer a falta no saber e no poder.

Reconhecendo o *modus operandi* do discurso histérico – e reconhecendo-o enquanto oposto ao discurso universitário –, a questão que se apresenta é se a histeria poderia apontar para alguns dos furos existentes no discurso universitário. Sendo o discurso universitário aquele que tem o saber (S2) no lugar de semblante, sem que esteja presente de modo explícito a figura do mestre (S1), o autor destaca o quanto tal configuração discursiva intriga sobremaneira os sujeitos histéricos. Isso pelo fato de que, para o histérico, não há saber sem mestre, nem mestre sem saber, motivo pelo qual se dá o constante questionamento dos saberes que se apresentam em posição de semblante no discurso universitário. Desse confronto estrutural em ambos os discursos, com o questionamento da histeria ao discurso universitário, Castro destaca a emergência de um mal-estar capaz de operar uma evolução nesse discurso.

Nessas condições é que se inscreve um novo questionamento conduzido pelo autor no segundo capítulo de sua obra: afinal, que sujeito é produzido pelo discurso universitário? Tendo como base o percurso realizado na teoria dos quatro discursos apresentada anteriormente, tem-se aqui como objetivo a notação do sujeito (∃) no lugar da perda/produção, tal como nesse discurso especificamente.

Dá-se um especial destaque às incompatibilidades estrutural, lógica e sobretudo ética entre os discursos do analista e o universitário para demonstrar a diferença entre as noções de dizer e de dito. Enquanto o dito se referencia na palavra de um ou vários autores segundo um consenso – tendo sua força no discurso da ciência e no universitário, para destacar apenas alguns exemplos –, o dizer se sustenta na noção de

um sujeito dividido, atravessado pelo inconsciente, marcando uma clara afinidade com o discurso analítico.

Isso nos aponta para consequências de grande efeito para a discussão em questão. Podemos observar que o dito se sustenta na comunicação de informações (S2), característica do discurso universitário, fundando o que se chama de sujeito acadêmico – sujeito que fortalece sua alienação estrutural ao S1, ainda que mantendo tal significante sob a barra. Já no que tange à dimensão do dizer, em sua abertura para o inconsciente, vemos tornar-se possível a produção de um S1 – revelado em sua face arbitrária – em uma operação que necessariamente implica o sujeito.

Com esse argumento, o autor destaca a constituição, a partir do discurso universitário, de um sujeito que afasta radicalmente o pai real (S1), mas que paradoxalmente se mostra dependente de "filiações" teóricas, epistemológicas e institucionais. Subordinado ao S2 – e paradoxalmente alienado nos significantes mestres que determinam seu desejo –, vemos o sujeito criado a partir do discurso universitário regido pela aposta numa totalidade do saber. Tal aposta, no entanto, mostra-se atravessada pelo retorno dos dois elementos que ficam sob a barra do recalque (/): o retorno do sujeito enquanto barrado (∃) sobre o estudante, em forma de sintomas os mais diversos; e retorno do significante-mestre (S1) ao modo de identificação a autores e filiações a doutrinas teóricas.

A partir dessas considerações, situa-se o terceiro capítulo, guiado pela seguinte pergunta: o que pode o discurso analítico, examinado sobretudo a partir da ética da psicanálise, "ensinar" ao discurso universitário? Examinada a partir de certas oposições (discurso universitário *versus* discurso analítico, metáfora *versus* metonímia, ensino *versus* transmissão), a operação lógica que possibilita ao desejo deslocar-se na cadeia significante é aqui debatida.

É apresentada, inicialmente, a submissão estrutural-discursiva do sujeito à dimensão da linguagem, tanto pela via da linguística quanto pelos modos como Lacan subverteu esse campo do saber. Após isso, Castro discute os lugares do sujeito (∃) e do objeto *a* na relação com a cadeia significante (S1 – S2), demonstrando os furos, os pontos de derrapagem inerentes a todo discurso. Tal discussão é conduzida de modo a sustentar a afirmação de que o discurso analítico, ao colocar o objeto *a*

em posição de agente, faz tremer os semblantes significantes dos outros três discursos (∃, S1, S2).

Situando-se em torno desses fundamentos, Castro se pergunta como ensinar a psicanálise sem pretender educar, ou ainda, como colocar o estilo depreendido da experiência analítica a serviço do ensino sem desconsiderar a ética da psicanálise. Diferenciando difusão, ensino e transmissão, o autor afirma que o ensino da psicanálise – em sua vertente extensiva, ou seja, enquanto mensagem enunciada nos moldes do discurso universitário – deve estar subordinado, eticamente, à sua transmissão – na vertente intensiva, ou seja, enquanto efeito da destituição da transferência. Assim, sustenta-se o quanto ensinar a psicanálise a partir de uma lógica pedagógica e educativa constitui-se como um desvio ético de seus fundamentos. E é às possibilidades de se ensinar a psicanálise de um modo diferente desse pedagógico que o autor se dedica a partir daí. Essa forma de ensinar psicanálise, ou de se transmitir algo dela em uma situação de ensino, é efetivada mais pelos atos e atitudes do analista-ensinante do que pelas palavras de um professor-instrutor que tem como objetivo transferir informações teóricas e técnicas ao aluno-receptor.

Debruçando-se na questão de como balizar essa forma de se ensinar a psicanálise, Castro desenvolve o quarto capítulo de seu livro. Nesse momento, o autor conduz uma discussão acerca dos fundamentos da Escola proposta por Lacan – com ênfase nos dois dispositivos institucionais inventados por ele, a saber, o cartel e o passe – e o discurso universitário, visando apresentar suas diferenças essenciais.

Aqui, Castro comenta a trajetória do ensino de Lacan, no qual se realizou gradativamente uma diminuição dos enunciados conceituais em prol de uma crescente matemização de modo a, cada vez mais, barrar o gozo do sentido. Tomando essa trajetória como base da discussão, dá-se destaque para o fato de Lacan, mesmo tendo se constituído como um mestre de sua própria Escola (S1), não abriu mão de ter seu ensino agenciado pelo objeto *a*.

Lacan foi, nas palavras de Castro, um mestre que desejou ensinar fora do discurso universitário, tornando presente a consistência lógica do objeto *a*. Isso trouxe como consequência a recusa de qualquer roteiro prévio, de qualquer referência à burocracia ou normatização acadêmica,

de qualquer modelo preestabelecido de ensino, propiciando à sua audiência momentos de real imprevisibilidade. Tal como se destaca, o objeto a quando no lugar de agente, de fato, traz a característica marcante de furtar-se a ser apreendido pelo sujeito ou pelo saber, uma vez que suspende as tais certezas.

É nesse sentido que se situa o capítulo cinco. Sustentando a possibilidade de um ensino que não seja organizado em torno do discurso universitário e sim balizado pela ética da psicanálise, Castro visa aqui discutir os modos de essa mesma ética se fazer presente na situação de ensino por meio do analista que a conduz.

Trabalhando a partir do que chama de os operadores éticos da psicanálise – o ato, o discurso, o saber e o desejo do psicanalista –, o autor afirma serem eles os fundamentos da posição ética do analista, tanto em situação de condução da cura quanto numa situação de ensino. Tais operadores, apresentados enquanto corolários da ética da psicanálise, são tomados como uma possibilidade de contraponto – tanto clínico quanto teórico – à lógica do ensino sustentado pelo discurso universitário.

Por fim, como conclusão de seu trabalho, Castro apresenta a seguinte oposição: ensino enquanto transmissão de um estilo *versus* ensino fundado em um sintoma. Sustenta-se aqui não só a possibilidade de se ensinar a psicanálise a partir de sua própria ética, balizada pelos seus operadores, como também a importância de se o guiar nessa direção. Segundo o autor, ensinar a psicanálise a partir da transmissão de um estilo possibilita ao analista não cair nas armadilhas do discurso universitário. Sabemos que tal discurso se sustenta numa aposta na totalidade S2, colocado enquanto agente – logo, estando a serviço dos poderes do eu, de seus ideais e de suas instituições. Tal discurso, desse modo, tem sua base numa forma de ensino fundada mais nos sintomas próprios daqueles que o agenciam do que em uma implicação própria no ato de ensinar e aprender, apresentando uma tendência a cair nas lógicas do escroque (quando se dá a apropriação de uma teoria sem que o sujeito se coloque eticamente) ou do psitacismo (quando o agente do ensino cai na repetição de frases vazias de sentido).

Desse modo, apostar nos operadores éticos da psicanálise enquanto fundamentos do seu próprio ensino se torna, de acordo com o autor, uma via aberta às surpresas, à invenção, e à implicação subjetiva de cada agente

envolvido na situação de ensino. Tomar o objeto *a* como agente do ensino é, nessas condições, escapar da burocracia e da mesmice – tendências apresentadas pelo discurso universitário – por fazer da falta tanto meio para uma mudança de posição do sujeito quanto causa do surgimento de um desejo inédito. Em suma, o autor afirma a impossibilidade de se ensinar a psicanálise a partir dos fundamentos de sua própria ética e política de modo que o agente demonstre, com seus atos, tanto as destituições subjetivas quanto o que resultou de seu próprio trabalho em análise.

Referências

Freud, S. (1937/1996). Análise terminável e interminável. In: S. Freud. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago.

Lacan, J. (1969-1970/1992). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1970/2003). Radiofonia. In: J. Lacan. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Recebido em 11/12/2014
Aceito para publicação em 20/01/2015